



## **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: IMPLICAÇÕES PARA O CONTEXTO ESCOLAR**

**Almir Paulo dos Santos<sup>1</sup>  
Vânia Carbonera<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O trabalho tem a pretensão de discutir as interfaces possíveis entre a gestão democrática da educação e as avaliações em larga escala, nas escolas públicas como nas privadas. O objetivo é a reflexão dos índices alcançados pelas escolas nas avaliações. Existe a necessidade de retrabalhar as dificuldades encontradas, pois as avaliações em larga escala estão presentes na realidade educacional de ensino nas escolas brasileiras. A democracia ateniense é apresentada enquanto pressuposto para pensar a gestão democrática. O conceito de democracia ateniense vem permeado de interesses comuns, onde o cidadão exerce papel central na estruturação política e educacional, construindo as primeiras noções de democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Democracia, Escola, Avaliação em Larga Escala.

## **GESTIÓN DEMOCRÁTICA DE LA EDUCACIÓN Y LA EVALUACIÓN EN GRAN ESCALA: IMPLICACIONES PARA EL CONTEXTO DE LA ESCUELA**

### **RESUMEN**

El trabajo pretende discutir las posibles interfaces entre la gestión democrática de la educación y las evaluaciones a gran escala en las escuelas públicas como en las privadas. El objetivo es reflexionar los resultados obtenidos por las escuelas en las calificaciones. Existe la necesidad de volver a trabajar las dificultades, porque las evaluaciones a gran escala están presentes en la realidad educativa de la enseñanza en las escuelas brasileñas. La democracia ateniense se presenta como una condición previa para pensar la gestión democrática. El concepto de la democracia ateniense está plagado de intereses comunes, donde el ciudadano juega un papel central en la estructuración política y educacional construyendo las primeras nociones de la democracia.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación, Democracia, Escuela, La evaluación a gran escala.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação UNISINOS – Grupo de pesquisa Observatório de Educação – INEP/CAPES. almirpaulo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação Educação Infantil e Séries Iniciais – UNIVEST - vaniacarbb@yahoo.com.br

## Introdução

O tema a ser tratado busca um diálogo entre os sujeitos da educação no espaço escolar, numa atitude de escuta, colocando-se no lugar do outro, rompendo com a verticalidade entre os saberes envolvidos e conduzindo numa reflexão crítica, capaz de proporcionar avanços no processo de conhecimento. “Nessa perspectiva, não haveria mais um tipo de racionalidade hegemônica, que manteria um diálogo em posição de igualdade” (DALBOSCO, 2007, 41), mas uma interrelação possível respeitando as diversas perspectivas de conhecimento. Nesse sentido, pretendemos conduzir nossas argumentações de modo que possamos assegurar uma articulação interna entre três conceitos imbricados, a gestão da educação, democracia e avaliação em larga escala. O conceito de democracia ateniense nos ajudará a pensar o contexto das avaliações externas, tanto das escolas públicas como particulares, suscitando questionamentos da atual conjuntura política educacional e os vários conteúdos teóricos e práticos que fazem parte da história da filosofia e sua constituição política da política da polis grega a origem do conceito de democracia.

A vida cotidiana escolar carrega em si, várias manifestações pedagógicas necessárias para o bom andamento do ensino aprendizagem. Abordar os temas gestão democrática da educação e avaliação em larga escala é tratar de relações interpessoais que ocorrem no interior da escola, num movimento pedagógico que deve ser reorganizado no sentido de reaproveitamento dos índices das avaliações para a construção de novos referenciais de conhecimento. Isso nos indica que o “agir pedagógico ganha um acréscimo importante, torna-se um movimento processual que adquire uma dinâmica interna própria” (DALBOSCO, 2007, p. 77), afastando de uma simples ação mecânica. Os sujeitos envolvidos interligam relações, funções e objetivos próprios, avançando no processo de ensino e aprendizagem.

A aplicação das avaliações externas está sendo feita em outros países há mais tempo, como por exemplo, os Estados Unidos que talvez tenham a tradição mais antiga em avaliações nacionais, desde 1969. Diante desse pressuposto, existe a necessidade de pensar sobre a gestão da educação básica e as avaliações externas, pois fornecem um conjunto de dados ao sistema nacional da educação formal, como também ao ranqueamento das unidades escolares. A proposta da implementação da avaliação externa é proporcionar, de forma genérica, a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, permitindo o acompanhamento da evolução dos dados.

Sabemos que existem compreensões distintas sobre as avaliações em larga escala, quanto à utilização dos dados, pois interesses disfarçados e mecanismos controladores podem estar atrelados a políticas e interesses externos. Tal análise não é suficiente, pois as avaliações estão ocorrendo nas escolas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é proporcionar uma reflexão, que possibilite a utilização dos dados das avaliações externa para melhorar o ensino aprendizagem das unidades escolares. O conceito de democracia ateniense ajudará a pensar a gestão da educação para as avaliações em larga escala, como também suscitará mecanismo enquanto possibilidade para melhorar os índices da escola e do próprio ensino aprendizagem. A gestão da educação, de modo democrático abre a possibilidade de retrabalhar os dados das avaliações externas, no contexto da própria unidade escolar. A escola precisa sentir-se sujeita de suas ações pedagógicas. O diálogo poderá ser um dos pressupostos da ação da democrática e de uma gestão, mecanismo necessário para o ensino aprendizagem e suas diversas relações.

## **1 - Democracia no Estado Ateniense**

A história da formação do Estado ateniense esteve e estará entrelaçada a explicações mitológicas. A idealidade da pólis, as forças religiosa por ela emanada, era a condição fundamental de existência das instituições cívicas e órgãos político-educacionais. O efeito paradigmático do mito enquanto justificativa para a união das tribos locais em um organismo jurídico-religioso de forma única era coordenada pela igualdade política de todos os cidadãos, colocando os atenienses em condições de autenticidade e pureza de raça, refletindo, nos diversos contextos sociais da época.

Nessa época clássica, os mitos supriam à eventualidade de justificação de um sistema democrático interno, legitimando uma política imperialista externa e uma imagem aristocrática ateniense de si própria. A mistificação, atendia aos interesses da cidade à procura de uma narrativa que determinasse a notável força frente ao mundo. Neste contexto, “observa-se que uma pólis grega sempre preferiu o mito à história fática, se este servisse para justificar ou engrandecer o seu presente, assim, para os atenienses o verdadeiro heróis nacional e criador da democracia era o personagem lendário” (LOURAUX, 1992, 131). Essa constituição lendária de democracia determinava o contexto político e de natureza educacional, pelo quais os cidadãos se espelhavam em conduzir suas vidas. De

forma ilusória, mas determinando um caminho seguro e participativo frente as decisões no contexto da pólis.

Vinculada aos aspectos mitológico-religiosos, Atenas entre três e cinco séculos antes de Cristo, desenvolveu as primeiras noções de democracia, fornecendo uma referência útil para nosso estudo. Sei que as mudanças paradigmáticas que ocorreram durante o processo histórico filosófico até os dias atuais enaltecem qualquer pesquisa, mas, a intencionalidade é justamente de percorrer esse horizonte histórico filosófico, a fim de encontrar nesse período, os primeiros passos dados na constituição de uma pólis democrática, servindo de referência as escolas e a uma gestão democrática.

Com o fim do período da tirania, quem assume o poder é Clístenes (509 a.C.). Seu governo baseou-se nos princípios da igualdade política dos cidadãos do governo. Este dividiu a sociedade ateniense em dez tribos, subdivididas em unidades político-administrativa menores, denominada de “demo” (surge à palavra democracia que significa “poder das demos”), fortalecendo a assembléia popular, retirando o poder das mãos dos aristocratas, construindo um novo referencial de cidade-estado.

O termo pólis entendida de forma geral como, cidade e seu território, ganha um sentido mais profundo do que mera abrangência espacial. Representou um princípio novo, originando o termo política (politiké) e político (politikos), de fundamentação aristocrática ocasionando o surgimento da democracia, entrelaçada de saberes e ação prática, desconstruindo o poder estabelecido.

Carregada de traços mitológico/religiosos remanescente, aparece uma nova concepção do poder, de decisão humana. A massa da população, a multidão, a princípio não muito mais que uma clientela da velha aristocracia guerreira, começa a ser consultada em assembléia, dando os primeiros passos da vida democrática. Desse modo, “o povo helênico descobriu na Ásia um Outro, que lhe permitiu adquirir uma mais aguda consciência de si, de sua vida social, de suas formas de reflexão que lhes assinalaram a própria originalidade” (VERNANT, 1977, p. 10-11).

A evolução política da cidade tem enquanto pressuposto filosófico o ethos aristocrático, apresentado na forma de oratória, de embate de argumentos na “Agora” (espaço público de debates dos problemas de interesse comum). Essa evolução “foi permeada pelo velho espírito de agón, de combate codificado e regado, originário das práticas e o ethos aristocráticos” (VERNANT, 1977 p. 49-51).

Nesse período histórico filosófico de Sólon e Clístenes, a vida social foi sendo reorganizada em consonância com as aspirações da comunidade na forma de igualdade, de esforços renovatórios de atuação nos planos religiosos e jurídico-político, refreando as ambições e os desejos do poder. Embora surjam divergências durante a constituição desse novo poder, a idéia que permeava era colocada a todos num plano de igualdade, sob a lei comum, participando das decisões. É nesse “período primitivo, que a cultura grega esteve entrelaçada ao alicerce unitário da vida comunal; a própria vidas campesinas, como também a sociedade aristocrática, nunca chegaram a se desligar por completo da polis” (JOEGER, 2001, p.106 e 107).

O governo da pólis se tornou de todos, e a “arché” despiu-se de qualquer caráter privado ou exclusivista. A palavra tornou-se uma das referências de debate e discussão, tendo enquanto fundamento o exercício do contraditório, enquanto conteúdo, a argumentação. A pólis tornou-se um núcleo de interesses comuns, aos olhos de todos, “concretamente desnivelados no plano material-social, mas concretamente nivelados no plano político, segundo uma lei comum de equilíbrio e igualdade, expressa, no século VI a.C., pelo conceito de isonomia, participação comum no exercício do poder político (VERNANT, 1977, p. 65).

Nesse contexto, a polis caminhou na participação ativa nas decisões (lei) e na administração da justiça, atingindo a igualdade constitucional do voto em todos os assuntos da polis, como na produção da lei. “Tão grande foi a penetração desses novos princípios na vida da pólis que, ao lado das palavras que passaram a designar os delitos que hoje conhecemos, como o assassinato, o rapto e o furto, cunharam os gregos o termo abstrato *dikaioisyne*<sup>3</sup>” (JAERGE, 2001, p.133).

O cidadão exerce papel central dentro da estrutura política ateniense, desenvolvendo um regime democrático de cidade-estado. Enquanto relação natural e orgânica o cidadão exerce como o todo da comunidade, encarnando os valores supremos do êthos helênico de proteção à cidade e a sua constituição. A cidadania implicava na plena disposição dos direitos cívicos de dedicação máxima e incondicional aos designos da pólis. Desse modo, “a conduta apolítica era inconcebível porque significava a renunciar àquilo que era própria essência do ateniense: o pertencer ao corpo político à cidade” (MOSSÉ, 1997, p. 135).

---

3 Justiça enquanto ideal de igualdade

O conceito grego de cidadania era fundamental para a compreensão da cidade-estado e um dos pressupostos essenciais para a democracia. O cidadão ateniense exerce papel central dentro da estrutura política, chegando à definição do regime democrático, introjetando os valores supremos do ethos e da justiça na massa cidadã e estendendo a todos os homens livres, independente da classe social.

Esse conceito de democracia evidencia os primeiros passos na busca de uma relação subjetiva a ação humana, mas que carrega um sentido de participação coletiva dos cidadãos atenienses. Esse conjunto nos indica que o processo democrático deve constituir-se de um ethos de justiça, onde todos fazem referências as decisões. A democracia direciona o pensar pedagógico das avaliações externas no sentido de participação coletiva na escola, tendo pressuposto fundamental o avanço necessário de um agir pedagógico, carregado de intencionalidade, fazendo da gestão uma referência democrática. Nesse contexto, pretendemos conduzir os argumentos, evidenciando os aspectos democráticos da gestão das avaliações externa no contexto escolar, tendo em vista que o sentido de democracia que deve representar o todo da escola nas decisões. As avaliações externas estão ocorrendo internamente nas escolas. Por isso a necessidade de utilização de seus dados torna-se um elemento democrático de participação da comunidade escolar.

## **2 – Avaliação em Larga Escala**

A partir dos anos 90, a avaliação educacional, ganha notoriedade, tanto nacional como internacional, especialmente em relação aos sistemas responsáveis pela educação básica. Em âmbito nacional, essa importância é atestada pela nova LDB de 1996, que determina a obrigatoriedade da avaliação nos diferentes níveis do sistema educacional. Segundo Bonamino “um outro indicador desta centralidade é o destaque da avaliação na Declaração Mundial de Educação. Esse documento, que tem o Brasil como um de seus signatários, é resultado da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia”. (2002 p. 60). Essa declaração tem como foco a educação fundamental, prioridade da década, tendo enquanto urgência melhorar a qualidade da educação e implementação de sistemas de avaliação voltados para o desempenho do aluno.

Na década de 80, existia uma preocupação constante nas taxas de repetências escolar, estimulando com isso o surgimento da avaliação do ensino. Junto com esses

fatores, temos na metade da década de 90 a constituição das avaliações dos sistemas escolares de educação fundamental e médio, prioridade das políticas públicas para a educação. Duas referências fundamentais que implementaram o sistema nacional de avaliação: “a proposta para a ação do governo elaborada pelo Instituto Herbert Levy (1992) e a experiência de avaliação implementada, à época, pela Secretaria de Educação de Minas Gerais” (BONAMINO, 2004, p. 62). Estas propostas de avaliação têm como pano de fundo a assessoria de técnicos do Banco Mundial, da FCC e da OIT.

Nessa perspectiva, a avaliação tinha como base servir de propósito para estabelecer parâmetros, tanto para comparação, como para classificação. Franco chama a atenção, que “durante a década de 1990 muito se conquistou em termos de avaliação da educação básica. Mas essas conquistas trazem novas exigências” (2004 p. 61). A participação direta de técnicos de grupos internacionais foi um dos pressupostos necessários para que os sistemas de ensino fossem aplicados na reforma da educação. Minas Gerais foi um dos exemplos, no governo de Walfrido Mares-Guia, Secretário de Educação do Estado, “contou com a assessoria de técnicos da FCC, do BM e da OIT” (BONAMINO, 2004 p. 63). No Brasil, o Estado de Minas Gerais foi um o precursor do programa de reforma educacional, tendo como característica fundamental a melhoria da qualidade do ensino de 1º grau. Paralelamente com essa experiência, o MEC com apoio da Fundação Carlos Chagas, aplica testes cognitivos aos alunos de diversas séries, e em algumas áreas, relativos à sua vida familiar e a sua escola.

Isso nos indica que as avaliações estão presentes já há algumas décadas na realidade brasileira fornecendo partes da realidade educacional brasileira. É possível visualizar que a avaliação educacional ganha maior importância e torna-se um dos componentes central para a política nacional e internacional, pois envolvem além das aplicações de testes padronizados, investimentos provindo internacionalmente.

A avaliação deixa de ser somente uma tarefa periférica, desenvolvida nas escolas entre professores e alunos e passa a ter um caráter mais profissional e sistemático de Larga Escala, sendo uma instituição com órgãos, orçamento e profissionais diretamente relacionados para essa função. É nesse percurso, sobretudo na década de 90, que acontecem mudanças profundas no contexto da educação brasileira. Junto com essa abordagem não podemos considerar que o contexto mundial, explode as interferências de políticas neoliberais, globalização, avanços tecnológicos informacionais e de comunicação, como organismos transnacionais, que direta ou indiretamente influenciam.

As interferências internacionais nos sistemas de avaliação brasileira são visíveis. Os interesses que se apresentam conectados a tal perspectiva política, são os mais diversos, pelos quais não tem necessidade aqui de citar. O que interessa nessa reflexão é mostrar que os organismos internacionais e suas intencionalidades estão presentes na realidade educacional brasileira, mas, precisa ser redimensionada tanto nas escolas pública, quanto à privada. Deve perseguir o contexto da utilização das avaliações externas, não somente enquanto ranqueamento, mas, no aproveitamento dos dados para serem retrabalhados enquanto pressuposto interno da escola, enriquecendo o contexto do ensino e aprendizagem e o espaço da sala de aula.

É pertinente identificar que os alunos estão diretamente envolvidos nessas avaliações, mas, precisamos pensar novas formas democráticas de utilização dos dados. Será que a grande maioria das escolas estão se envolvendo com as avaliações em larga escala? São retrabalhados durante as aulas as dificuldades encontradas nos testes pelos alunos? Como é possível melhorar os índices anteriores das avaliações com os alunos? A gestão democrática da educação é um caminho possível de responder partes dessas perguntas? O que é necessário refletir utilizando de referenciais da democracia ateniense, pelo qual, fornecia uma participação nas diversas estruturas políticas da pólis?

Trazendo para o contexto da escola e das avaliações em larga escala, a democracia precisa ser um dos alicerces fundamentais para que os índices das avaliações possam ser utilizados pela comunidade escola. Isso nós motiva a pensar o quanto é importante que a gestão escolar avance para a democracia. Quando a comunidade escolar está envolvida, maior é a possibilidade de melhorar a qualidade da educação. A escola precisa encontrar mecanismos possíveis para utilização dos dados das avaliações. Essa utilização, além de direcionar o aluno na pesquisa, sucita envolvimento participação, pois avaliar é sentir-se sujeito responsável, para as várias interfaces educacionais. A democracia ateniense coloca a participação das classes enquanto mecanismo possível nas decisões. Confrontando com esse pressuposto democrático, a escola precisa buscar a participação de todos, aí quem ganha é o todo da escola, principalmente o conhecimento. Isso nos remete a pensar uma nova forma de gestão, a democrática, e as avaliações estão implicadas no sentido de organização de referencias pedagógicas, tanto nas escolas particulares como públicas.

### **3 - Gestão Democrática da Educação Implicações para as Avaliações Externas**

A Constituição Federal de 1988 abre a possibilidade para um novo momento na democracia brasileira, evidenciando um compartilhamento do poder entre os entes federados. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios passaram a referendar um novo modelo democrático através do regime de colaboração instituído legalmente. A Lei Darcy Ribeiro, ou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, prevê a gestão democrática (pedagógica, administrativa e financeira) como princípio da educação nacional.

A legislação prevê que os sistemas de ensino devem definir suas normatizações a partir do princípio de gestão democrática da educação, segmentando os envolvidos na constituição dos sistemas um grau de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação é contemplada com a expressão “gestão democrática” significando a sua importância no contexto da administração. Salienta que a ideia de democracia, é apresentada de várias formas: gestão compartilhada, participativa e colegiada, fornecendo um importante pressuposto para a escola, caminho para o exercício da democracia.

Bordignon e Gracindo (2006) afirmam que a gestão democrática para se constituir enquanto tal deve ser amparada num paradigma emergente que tem com características básicas uma concepção dialética da realidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 206 expressa princípios que devem estar inerentes à transmissão do ensino nas redes escolares enquanto “gestão democrática do ensino público, na forma de lei” (Inciso VI – Brasil, Constituição). Esta é uma das primeiras conquistas do quais os educadores não podem deixar de buscar em sua relação pedagógica, princípio que se reproduz nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais, fazendo-se presente nas realidades regionais, locais, principalmente constituída nos Sistemas Municipais de Ensino. Segundo Cury, o termo gestão,

Vem de gestão, que, por sua vez, vem de gerere (trazer em si, produzir), fica mais claro que a gestão não só é o ato de administrar um bem fora-de-si (alheio) mais é algo que se traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia (2001, p.201).

Gestão democrática tem enquanto pressuposto teórico a participação, sinal da maior democracia, mas é no conjunto das administrações públicas de ensino brasileiro que a Gestão se apresenta de diversos modos. Um dos interlocutores ocultos, presente na gestão

democrática é o autoritarismo, dentro das hierarquias como também nas instancias municipais, como na esfera Federal e não menos nos organismo internacionais de controle e reprodução de ideologias ao interesse do capital.

Machado e Ferreira (2002) apontam que a gestão atual procura trilhar caminhos inversos das organizações burocráticas, onde as infantilizações dos membros viabilizam o controle heterônomo, a manipulação e a alienação. Mesmo que esse interlocutor do autoritarismo conectado ao tomada de poder nas diversas decisões e atos educacionais a gestão democrática ainda está presente nas instâncias Federais, Estaduais, Municipais e nos Sistemas Municipais de Ensino, enquanto instrumento de mediação das políticas públicas nacionais e das avaliações em Larga Escala, imbricados nas Leis dos Sistemas Municipais de Ensino e na qualidade da educação.

Bordignon e Gracindo (2006) afirma que a gestão democrática, por sua vez, é o processo de coordenação de estratégias de ações para alcançar os objetivos definidos e requerer liderança centrada na competência, legitimidade e credibilidade. Ferreira (2001) afirma que gestão é administração, tomada de decisões, organização, é direção este princípio, entretanto, não é intrínseco à gestão como concebida na administração clássica, mas são princípios sociais.

Se a gestão requer estratégias, decisões em sua organização, nada melhor que seja democrática. A democracia ateniense embora constituída de referências mitológico-religiosas carregava em si mesmos princípios de participação nas diversas classes sociais. Esses primeiros passos para a democracia, forneceram um caminho discursivo de participação. A gestão da educação deve perseguir esse horizonte, de diálogo, comprometimento e envolvimento de todos para a constituição da cidadania. A escola que desenvolver um caminho de gestão democrática, alcançará com mais facilidade objetivo, pertencentes a realidade pedagógica.

#### **4 – Interfaces Possíveis entre Gestão Democrática, Avaliação e Escola**

As interfaces possíveis estão aqui caracterizadas enquanto sentido de diálogo entre a democracia ateniense, as avaliações em larga escala presente na realidade escolar e a possibilidade de uma gestão democrática, enquanto objetivo de utilização dos índices das avaliações para melhorar o ensino aprendizagem no contexto escolar.

Na cidade-estado ateniense temos as primeiras noções de democracia, caracterizada pela participação nas decisões de toda a comunidade. O governo se tornou de todos, enquanto núcleo de interesses comum. Essa conceituação democrática, onde o cidadão exerce papel central na estrutura política e educacional ateniense exemplifica alguns pressupostos que devem ser repensado no interior da escola.

A individualização dos sujeitos escolares caracteriza o rompimento de uma gestão democrática e a reprodução de um conhecimento formatado pelas ideologias do capital. É comum na atualidade ouvir dos estudantes que o interesse pelo conhecimento está condicionado ao produto, ou seja, a nota. Isso repercute fortemente na ação pedagógica em sala de aula, pois muitas vezes a individualização não encontra sustentáculo para pensar as diversas problemáticas, possibilitando que a consciência mercadológica torna-se a grande referencia a ser seguida.

Para atuar com a eficiência, requerida na escola atual, os profissionais deverão construir habilidades e competências específicas para lidar com a complexidade de uma organização educacional. Na sociedade do conhecimento, a habilidade de aprender a aprender é condição *sine qua non* para uma instituição se estabelecer no mercado educacional e conquistar a credibilidade e a preferência dos cidadãos de sua comunidade. A cultura organizacional deve estar permeada pela busca por renovações nos procedimentos de atuação e, como conseqüência, novas aprendizagens. É a vivência da cultura do saber fazer e do fazer saber que ganha centralidade na gestão da educação.

Outra questão em relação à autonomia refere-se à busca de desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, Freire (2000) declara:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu 'destino' não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente, porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo (p.58-59).

A gestão exige um acentuado grau de autonomia, de modo que o processo se torne dinâmico no interior da instituição educacional, suscitando a criatividade, mobilizando talentos que contribuam para a inovação, para a transformação, acrescentando sempre mais qualidade e eficiência aos processos. Entretanto, essa autonomia deve estar associada à co-responsabilidade de compartilhar as decisões entre os diversos níveis e segmentos representativos da organização de educação de forma verdadeiramente democrática.

Utilizar uma gestão democrática da educação é conduzir as avaliações de modo participativo, pois avaliar não é somente medir, fornecer índices ou resultados, mas é utilizar para o bom andamento do ensino aprendizagem. Quanto à participação de todos os membros da comunidade escolar se envolvem quem ganha são as reflexões feitas. O professor e aluno buscam juntos mecanismos para avançar no ensino aprendizagem. Um deles pode ser o olhar para o que os alunos não conseguiram aprender, muitas vezes somente perceptível no momento da avaliação. Avaliar por avaliar, não é um dos caminhos mais adequados. O que faz avançar no conhecimento e na realidade educacional escolar é também utilizar os dados das avaliações. Isso somente é possível, quando a escola desenvolver uma gestão democrática da educação, onde todos participam e a democracia torna-se uma das referências fundamentais para o processo de conhecimento.

Parece um tanto distante resgatar os primeiros passos dados da democracia no período ateniense. Mas, a intencionalidade é percorrer tal contexto histórico filosófico que exemplifique de forma teórica e prática um sentido de democracia caracterizada principalmente pelos cidadãos. A participação e a construção da autonomia parecem entrelaçar a quer uma escola que potencializa os sonhos e os ideais da felicidade humana. Talvez essa seja a grande potencialidade do conhecimento, a busca do devir que o ser perdeu durante a formatação de um sistema individualizado, agregando valor a uma parte da sociedade e não ao todo.

As avaliações em larga escala podem ter grandes reflexões de interesses e controle a partir dos resultados. Temos que ter presente que elas estão ocorrendo nas escolas, e isso justifica aproveitar no sentido de uma gestão democrática, onde alunos, professores, gestores e a comunidade escolar possam juntos integrar e retrabalhar as dificuldades encontradas.

A escola é um espaço privilegiado para a elaboração de saberes e relações, espaço fundamental para a socialização do conhecimento. É uma Instituição social que emergem claramente as diferenças individuais e culturais entre indivíduos e grupos, proporcionando relações das mais diversas. Essas diferenças quando não forem bem trabalhadas suscitam dificuldades que podem ser fontes de muitos problemas. Um dos principais compromissos é pensar a escola enquanto categoria coletiva e democrática, “não como uma usina de insucessos, mas que atenda as necessidades da aprendizagem” (GOMES, 2005, p. 11).

Nesse sentido, olhar para o interior da escola, nos reporta a rever práticas e a multiplicidade de sujeitos que ali se encontram envolvidos construindo uma cultura escolar que precisa se articular de forma coletiva, planejada, capaz de “criar e recriar possibilidades e interferências crítica/reflexiva construtiva na realidade em que o educando está inserido e este faça parte da realidade” (FREIRE, 2002 p. 79). A coletividade torna-se uma necessidade para o contexto da realidade escolar, sempre tendo presente que cada sujeito carrega experiências das mais diversas, mas que possam ser reaproveitada no enfrentamento das dificuldades avançando numa gestão democrática e participativa.

## **5- Considerações Finais**

Interfaces possíveis entre a gestão da educação e avaliação em larga escala, requer intencionalidades participativas e democráticas. A escola precisa encontrar seu sentido dialógico de democracia, capaz de fornecer caminhos possíveis para que o processo de ensino aprendizagem possa ser a referência fundamental.

O diálogo possível no interior da escola deve ultrapassa as barreiras do apático, do estático, desenvolvendo possíveis referências de conhecimento, muitas vezes distantes por não se interrelacionarem. Respeitar cada conhecimento, proporcionando encontros, sempre condiz com novas reflexões, muitas vezes crítico e necessário. É nesse encontro entre os sujeitos que a dinamicidade ganha novos contornos, impulsionando para uma racionalidade crítica, ultrapassando os próprios sujeitos que se envolvem, construindo sentidos e significações, muitas vezes apagados ao longo de uma estrutura instrumental.

A democracia ateniense nos traz a possibilidade de repensar as práticas pedagógicas escolares, aqui enquanto referência às avaliações externas. Se a escola aplica os testes das avaliações externas simplesmente por uma legalidade institucional, sem um retorno aos sujeitos envolvidos (comunidade escolar), sem reflexão, que ação pedagógica a escola está fazendo? Esse percurso pedagógico torna-se muito parecido com algo mecânico que a razão instrumental instituiu no período moderno, deixando os sujeitos humanos esquecidos em meio às tramas do capital.

Segundo PARO (2002), a participação da comunidade escolar, como todo o processo democrático, é o caminho que se faz caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir-se previamente sobre os obstáculos e potencialidade que a realidade apresenta para sua

ação. Essa cultura escolar específica permeada de relações entre os sujeitos, forma o todo da vida escolar, mas que se constitui de partes como: idéias, relações, mentes, condutas, modos de pensar e de fazer entre outros. Essas relações entre os sujeitos constituem a realidade escolar, como desenvolve uma dinâmica pedagógica. Essas relações precisam estar articuladas entre os sujeitos, respeitando cada estrutura subjetiva de saber, mas construindo relações de saberes coletivos entre os sujeitos que estão envolvidos, para assim, alargar os horizontes dos conhecimentos e da própria escola.

A escola no atual sistema educacional ainda enfrenta dificuldades das mais diversas. Muitas vezes os sujeitos que ali se encontram não visualizam alternativas, justamente pelo caráter de individualização. A mercantilização toma o espaço que é do sujeito, aprofundando as desigualdades sociais e a escola passa a ter a função de reproduzir os ideais capitalistas. Conforme Demo (2006), “as relações entre educação e cidadania precisam ser conquistadas, ou ficará o sabor do mercado” (p. 10). É nesse contexto que a competitividade precisa de gente que sabe pensar. Ações coletivas no interior da escola são possíveis alternativas para a reconstrução do espaço escolar que foi confiscado pelo sistema.

O que é central para essa reflexão é constituir o sentido de democracia ateniense, onde a participação era a referência fundamental nas decisões da pólis. Nessa relação, as avaliações externas estão presentes na realidade educacional brasileira, tanto das escolas públicas como privadas. Nesse percurso a utilização dos índices enquanto mecanismo democrático é salutar, justamente para retomar contextos e conhecimentos muitas vezes não apreendidos e que precisam ser retrabalhados. A gestão tem que estar muito próximo da democracia, pois a comunidade escolar é o pressuposto essencial da ação na reflexão. Onde todos participam, sempre ocorrerão movimentos criativos e construtivos, claro que sempre vai aparecer confrontos, mas necessários para que a escola, alunos, professores e a comunidade escolar sintam-se sujeitos da ação pedagógica e do conhecimento.

## **Referências**

BONAMINO, Alicia. Avaliação da Educação Básica. Ed. Loyola, São Paulo: 2004.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da Educação: o município e a escola. In. BORDIGNON, G. Perfil dos conselhos municipais de educação / Genuíno Bordignon, Mauricio

Rodrigues de Araujo – 2. ed. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. RBPAE Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v.18, n.2, p. 163 – 174 jul./dez. 2002.

DALBOSCO, Almir Cláudio. Pedagogia Filosófica: Cercanias de um Diálogo. São Paulo: Paulinas. 2007.

DEMO, Pedro. Avaliação - Para cuidar que o aluno aprenda. Editora CRIARP, São Paulo 2006.

FERREIRA, N.S.C. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, N.S.C. & AGUIAR, M. A. S. (orgs) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FRANCO, Creso, (org) Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, Candido Alberto. Educação numa perspectiva sociológica. 4 ed. São Paulo: EPU 2005.

JAEGER, Werner. Paidéia: A formação do Homem Grego. (Trad.) Artur. M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LORAUX. Nicole. Invenção de Atenas. (Trad.) Lílian Valle. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1994.

MACHADO, Lurdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria. Políticas da Gestão da Educação: dois olhares: Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOSSÉ, Claude. Atenas: A história de uma democracia. (Trad.) João Batista da Costa. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão sobre a qualidade no ensino. Revista Portuguesa de Educação, V. 13, n. 01, p. 23-38, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. (Trad.) Isis Borges da Fonseca. 12. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre Mito e Tragédia na Grécia antiga. (Trad.)  
Anna Lia A. Almeida Prado. São Paulo: Duas cidades, 1977.